

## Sessão Solene – homenagem aos 25 anos do Sinal

Câmara Federal - Plenário Ulysses Guimarães

1.11.2013, 15h

Brasília-DF

### Mesa:

- Deputado Izalci Lucas – presidente da mesa
- Deputado Chico Lopes\* – autor do requerimento da Sessão Solene
- Rudinei dos Santos Marques – secretário-geral do Fonacate
- Altamir Lopes – diretor de Administração do BCB
- Edison Guilherme Haubert – presidente do Instituto Mosap
- Eduardo Stalin Silva – presidente em exercício do Sinal

*\*assumiu, após sua locução, a presidência da mesa*

### Pronunciamento do Sinal:

*[Cumprimentos e agradecimento]*

**5 de outubro de 1988** - Nesta Casa do Povo a Assembleia Nacional Constituinte dava luz à Constituição cidadã da República Federativa do Brasil, abrindo novamente a janela da democracia no nosso país.

A nova Carta Magna consolidou a conquista dos trabalhadores civis do serviço público brasileiro de se organizarem em sindicatos, conforme estabelecido em seu artigo 37, inciso VI: "é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical".

**28 de outubro de 1988** - Na primeira comemoração do Dia do Servidor Público dos novos tempos, um cartório de São Paulo recebia os documentos de fundação do Sinal.

Foi assim que os brasileiros militantes da atividade monetária e fiscalizatória do Estado brasileiro deram vida a um dos mais antigos e representativos sindicatos de servidores públicos do nosso país.

A história de luta e organização desses aguerridos funcionários públicos não começou naqueles primeiros dias da nova ordem. Desde há muito nucleavam-se pela Associação dos Funcionários do Banco Central, a AFBC, e mesmo antes, em tempos de ditadura fechada no Brasil, editavam o jornal "Ovo" e distribuíam-no secretamente nos banheiros dos prédios do BC.

Os tempos eram sombrios no país.

Mas os ares da anistia de 1979 insistiram em soprar no BC. Os funcionários articulavam-se para negociar reposições salariais com a direção do Banco, sendo o instrumento paredista incorporado ao seu arsenal de luta, em 1981.

Em 1988, a truculência e a falta de civilidade próprias do período ditatorial ainda pendiam no Banco Central. Nem por isso, líderes e liderados abaixavam a cabeça na hora de exigir seus direitos.

Uma greve sem precedentes balançou a arrogância dos que se diziam donos da instituição. E a resposta não tardou, na forma de 19 arbitrários processos de demissão contra lideranças regionais escolhidas a dedo por aqueles que os chefiavam nas tarefas do dia a dia.

A mobilização só fez crescer sob o mote "Lugar dos 19 é aqui!", até o arquivamento dos processos e o reempossamento dos funcionários atingidos, à época da promulgação da Constituição.

Rosas eram distribuídas, lembrando as flores que enfrentavam os canhões.

Sob esse tempero nascia o Sinal.

Nesses 25 anos de luta, muitos foram os empecilhos que os funcionários e servidores tiveram que superar. Exatamente na adversidade foi que puderam escrever algumas das mais belas páginas da história do Banco Central.

Nos primeiros anos do Sinal, e mesmo durante a atividade anterior da AFBC, a economia nacional era bastante instável, gerando perdas salariais de todo o tipo, pelos mais diversos artifícios.

Em meados dos anos 90, os então funcionários do Banco Central foram surpreendidos com a mudança do seu regime de trabalho, de CLT para o estatuto da Lei nº 8.112, de 1990.

O processo foi completado em dezembro de 1996, por Medida Provisória, depois convertida na Lei nº 9.650, de 1988, criando uma categoria com os deveres de seus antecessores aposentados, mas sem os seus direitos, especialmente os relativos à previdência e aposentadoria.

Os recursos depositados pelo empregador na Centrus, Fundação de Previdência Privada do Banco Central, deixaram de servir como esteio de um futuro seguro daqueles que cuidavam dos mais relevantes preços da economia: o câmbio e os juros.

Em 2003, a caixa de Pandora voltou a se abrir, instituindo a média dos salários para o cálculo da aposentadoria, em substituição à paridade dos servidores em atividade. E agora os futuros admitidos terão assegurado somente o teto do regime geral de previdência, arriscando-se na Funpresp pelo complemento de seus proventos na velhice.

Três categorias de servidores iguais em deveres e diferentes em direitos!

No mesmo pacote, os servidores tornaram-se contribuintes previdenciários após a sua aposentadoria, absurdo em discussão nesta Câmara Federal para ser amenizado pela aprovação da PEC 555, de 2006, que já conta com o requerimento de Plenário de mais de 350 deputados federais.

A par de tudo isso, uma série de mais de mil ações judiciais – muitas delas litigam até hoje – foram movidas pelo Sindicato no sentido de resguardar os direitos dos filiados.

Mas, como não poderia deixar de ser, a luta salarial constitui o capítulo central da história do Sinal.

Dotados de posição relativamente equilibrada nos primeiros anos da era democrática, patamar conquistado a duras penas pelos bacenianos organizados no Sinal, a curva salarial iniciou este novo século em franca descendência, levando o poder de compra a um fosso jamais visto.

No final da década passada, porém, os salários foram recompostos aos níveis anteriores e o subsídio foi conquistado, passo importante no reconhecimento dos Especialistas e Procuradores do Banco Central como integrantes de carreiras executoras de atividades exclusivas de Estado.

Presentemente, a curva novamente se inverteu, preocupando o Sinal pelos riscos ao sucesso futuro da missão da Autoridade Monetária, pela evasão de quadros formados e redução do poder de atração de novos servidores com excelente formação acadêmica.

Nada disso tem impedido, como é possível verificar, a conquista de expressivos resultados para o nosso país no sentido de assegurar a estabilidade do poder de compra da nossa moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Expressivo o sucesso dos servidores do Banco Central, no Brasil e no exterior. Exemplos recentes são a crise "marolinha", dez anos de metas cumpridas e uma das melhores supervisões financeiras do mundo capitalista.

Temos muito ainda a fazer, felizmente.

A mesma Constituição cidadã que permitiu a fundação do Sinal diz, em seu art. 192, que o sistema financeiro deve ser organizado de modo a desenvolver equilibradamente o país e a atender as necessidades da coletividade.

Há 25 anos, o Congresso Nacional deve à Nação esta regulamentação, mesmo tempo que o Sinal se debruça sobre o tema. E desde 2010, após intensos debates no Banco Central e com a sociedade, oferecemos um projeto completo para subsidiar o trabalho dos parlamentares nessa questão.

No Senado, nossa contribuição foi recentemente transformada em projeto de lei complementar, o que nos alenta para a solução da lacuna legal que não nos tem permitido avançar mais ainda na prestação de serviço público à altura das expectativas populares.

Tenhamos todos a certeza de que os servidores que formulam a política monetária saberão encontrar meios para assegurar o desenvolvimento econômico do país, sob um Conselho Monetário que agregue os agentes econômicos produtores, sem deixar de controlar os preços.

Os servidores que têm construído o mais avançado modelo de regulação e supervisão do sistema financeiro saberão fazê-lo cumprir o papel social determinado na Carta Magna. E a presença do BC em todo o território nacional vai permitir aos cidadãos de todos os rincões fazerem parte, definitivamente, com plenos direitos, do Sistema Financeiro Cidadão que lhes deve atender às necessidades.

São tarefas complexas, a serem conduzidas pelos servidores do Banco Central nos primeiros dos próximos 25 anos do Sinal, que, seguramente, tudo ao seu alcance fará para levar a cabo a empreitada em conjunto.

Devemos ressaltar, finalmente, nesta hora de emoção, alegria e reconhecimento, que, em todos os momentos de nossa luta, nesses 25 anos, sempre pudemos contar com a inestimável ajuda desta Câmara dos Deputados, aconselhando-nos os melhores caminhos a trilhar, as melhores formas de reivindicar, festejando junto as vitórias, buscando forças para continuar em frente nas dificuldades momentâneas.

Sempre nos sentimos em casa, nesta Casa do Povo, e só temos muito a agradecer, mais uma vez, a esta honorável Câmara dos Deputados pela deferência.

Parabéns, Sinal. Parabéns, Congresso Nacional. Parabéns Brasil!